



MUNICÍPIO DE SINES

N.º 14 SETEMBRO/1980 ★ DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

BOLETIM DAS AUTARQUIAS

Direcção: CÂMARA MUNICIPAL DE SINES

O PODER LOCAL NA VIA DO SOCIALISMO



MUNICÍPIO EMBARGA CENTRAL TÉRMICA

Desde Fevereiro do corrente ano que as Autarquias de Sines vêm dizendo e manifestando o seu desacordo quanto ao local escolhido para construção da Central Termoeléctrica a carvão da E. D. P., isto é, S. Torpes e Provença Nova. Dissemo-lo à E. D. P., ao Secretário de Estado do Planeamento, à Secretaria de Estado do Ambiente, ao Gabinete da Área de Sines, aos Grupos Parlamentares do PS, do PCP, do MDP/CDE, do PSD, do CDS, do PPM, dos Reformadores e ao próprio deputado da UDP. — Fizemos reuniões,

deslocámo-nos à Dinamarca e a nossa posição manteve-se inalterável: — não contestando a necessidade da construção da Central Térmica e a produção de energia eléctrica, discordamos frontalmente do local previsto e, estamos dispostos a estudar localização alternativa.

Nos termos da Lei a Direcção Geral de Energia deu um prazo para contestação da obra. Durante

Cont. pág. 3

VOTAR — Um direito, um dever cívico

Município de Sines

Boletim das Autarquias

SINES — ALQUEVA, que relações?

(Extratos da intervenção do Presidente da Câmara de Sines, na conferência sobre o Alqueva, realizada em Moura, no dia 6)

O Complexo Industrial de Sines tem o seu sustentáculo no empreendimento portuário em curso, podendo ser afirmado que sem os terminais portuários definitivamente consolidados, a qualquer momento, e os invernos de 1978/79 são disso prova cabal, as principais indústrias instaladas correm riscos sérios de inviabilização total.

O Porto de Sines, que actualmente tem em funcionamento, unicamente o terminal de ramas, já amputado do chamado posto n.º 1, que se destinava, no projecto inicial, a receber petroleiros gigantes (de 500 mil a 1 milhão de toneladas), o Porto de Sines, dizíamos, também prevê a existência futura de dois outros terminais, um minereleiro e outro de carga geral, cujos projectos estão neste momento em reformulação, e ao que pensamos saber, as concepções iniciais estão definitivamente abandonadas. Para isso, e embora outras razões possam ser invocadas, certamente, não será estranha a oposição firme das autarquias e da população, às soluções anteriores para esses terminais portuários, que previam, entre outras, o aterro da Baía de Sines, a destruição da Praia Vasco da Gama e o fim da pesca como actividade industrial local, que hoje ainda abrange cerca de 30% da população residente.

Temos portanto, existente, o terminal de ramas, associado à refinaria da Petrogal e ao complexo petroquímico; temos, em fase de estudo, o terminal minereleiro, associado, teoricamente, a um complexo siderúrgico, ao aproveitamento das pirites de Aljustrel, e mais recentemente a uma central termoeléctrica a carvão; e temos em fase de estudo também o terminal de carga geral, associado, teoricamente, a um outro estudo que engloba os portos de Setúbal e Lisboa. Outras unidades industriais, estão já instaladas, como a fábrica de vagonos da Equimetal, e várias outras unidades de pequena e média grandezas, subsidiárias das unidades já referidas.

Tentámos, muito resumidamente, e grosso modo, identificar o complexo de Sines e também, pôr em evidência as partes existentes, embora não totalmente consolidadas, como o terminal de ramas e a petroquímica. A esta parte existente, considerá-la-íamos a 1.ª fase, e que a preços de 1979, já atingiu os 130 milhões de contos de investimento. Toda a parte restante, considerá-la-íamos de 2.ª fase, pois encontra-se em estudo, por parte de empresas nacionais e internacionais, desconhecendo a autarquia, totalmente, as propostas em discussão.

O dimensionamento, dado desde o início ao complexo industrial, e repare-se, que não tocámos em questões de ordem urbanística (habitação, ensino, saúde, equipamentos vários, redes viárias, saneamento, comércio, turismo, abastecimentos, etc., etc.) justificou, no campo do abastecimento de água, a necessidade de se garantir para Sines, um caudal, da ordem dos 12 mil litros por segundo. E é evidente que é aqui que surge como resposta, inicial, o Alqueva. O programa definido para o sector de águas, era resumidamente, o seguinte: — recurso aos meios aquíferos da área de Sines, até uma capacidade de 200 litros por segundo; utilização das águas do rio Sado, a partir das Ermidas, até uma capacidade de abastecimento de 3 mil litros por segundo — (esta adução, originou, a construção da Albufeira de Morgavel, com capacidade de 30 milhões de metros cúbicos de água, e uma adutora com 37 quilómetros de comprimento dos quais 13 em túnel; finalmente, a construção duma adutora do Alqueva ao Sado, garantiria, um caudal, de 12 metros cúbicos por segundo, e por consequência, o abastecimento a todas as indústrias previstas, à também prevista, cidade de Sto. André com 100.000 habitantes, etc.

Com as unidades industriais instaladas, e com as previsões, conhecidas, de novos investimentos neste campo, seguramente, que estamos longe da parte prevista, no que refere, ao abastecimento de água, da ligação Sado-Alqueva. Perguntar-se-á quantos anos? Pensemos que ninguém terá resposta a esta pergunta.

FRANCISCO DO Ó PACHECO
Presidente da Câmara de Sines

O EMBARGO DA CENTRAL TÉRMICA

Continuação pág. 1

esse prazo recolhemos quase 3.000 assinaturas que enviámos juntamente com a posição da Câmara Municipal, Assembleia Municipal e Assembleia Distrital de Setúbal, manifestando as posições iniciais.

Foi pois com espanto que antes de terminado o prazo de contestação da obra, estas se tivessem iniciado, isto é, no dia 5 de Setembro, quando esse prazo terminava a 10 do mesmo mês. Donde com a legitimidade que nos é dada pelos Dec.-Lei 166/70, 79/77 e pela Constituição da República, no dia 8 de Setembro procedemos ao embargo administrativo dessas obras, que para todos os efeitos legais são clandestinas.

Após o embargo notificámos os empreiteiros

das obras, de que deveriam suspender os trabalhos, alertando-os para a legislação em vigor e enviámos o processo para o Tribunal da Comarca de Santiago do Cacém requerendo ao Dr. Juiz de Direito a ractificação do embargo camarário. Devido às férias judiciais o despacho do Dr. Juiz sobre o assunto é natural que só venha a ser proferido a partir de 1 de Outubro.

Entretanto não quisemos deixar de dar a conhecer a posição assumida a outras entidades, nomeadamente à Presidência da República, ao Ministro da Indústria, ao Governo Civil e à GNR de Sines e Santiago do Cacém.

Esperamos que a legalidade venha a ser reposta e que as obras parem definitivamente, com a aplicação das sanções a que os infractores estão sujeitos por desrespeito qualificado da decisão municipal.

Eleição da Assembleia da República

Se perdeu o seu cartão de Eleitor, dirija-se
à Junta de Freguesia.

Comparando :

A Barragem do Alqueva será :

- 1 — O maior lago artificial da Europa
- 2 — A irrigação de 200.000 hectares de terras e consequente aumento da produção de cereais, hortícolas, pecuária, etc.
- 3 — A produção de energia eléctrica
- 4 — A criação de milhares novos postos de trabalho directos e indirectos
- 5 — A utilização de tecnologia nacional
- 6 — A criação de imensas potencialidades turísticas
- 7 — O abastecimento de água às populações alentejanas
- 8 — As populações querem a construção da Barragem do Alqueva

Conclusão : AS OBRAS ESTÃO PARADAS HÁ VÁRIOS MESES

A Central Térmica de S. Torpes será [?] :

- 1 — Produção de energia eléctrica
- 2 — A necessidade de 3 a 4 milhões de toneladas de carvão por ano a serem transportadas por mar para um terminal de minérios que ainda não existe, nem em projecto
- 3 — Se não houver terminal para os barcos, o carvão virá por caminho de ferro de Setúbal, num máximo de 400.000 toneladas/ano
- 4 — Não há qualquer estudo de impacte ambiental
- 5 — Implicações que se desconhecem na fauna marítima
- 6 — Implicações que se desconhecem na saúde da população
- 7 — Destruição turística e social das praias de S. Torpes
- 8 — As populações não querem a Central no local escolhido

Conclusão : AS OBRAS ESTÃO EM CURSO